



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

13 A 17 DE MAIO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

Terça-feira (14/5)

PL 6235/2023 - Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

Autor: Poder Executivo

Relator: Sidney Leite (PSD/AM)

Parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo

Resultado: [Aprovado. A matéria vai ao Senado Federal.](#)

Quarta-feira (15/5)

PL 8889/2017 - Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Autor: Paulo Teixeira (PT/SP)

Relator: André Figueiredo (PDT/CE)

Parecer: favorável, na forma do substitutivo

Resultado: [Não deliberado.](#)

Terça-feira (14/5)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQ 33/2024 - Requer a inclusão de convidado em audiência pública, para debater sobre “Impacto econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social”, no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024.

Convidado:

- Ruben Antônio Bisi, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus – FABUS.

Autor: Any Ortiz (CID/RS)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 35/2024 - Requer o aditamento do Requerimento nº 21/2024 – CICS para realização de Audiência Pública para debater sobre “Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social”, no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024

Convidados:

- Marcos Hecksher, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE; e
- Marcio Pochmann, economista que é o atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Autor: Jack Rocha (PT/ES)

Resultado: [Aprovado.](#)

Quarta-feira (15/5)

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 3226/2023 - Acrescenta alínea ao inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos, e dá outras providências.

Explicação: Prevê hipótese de dispensa de licitação no caso de aquisição de “bens ou serviços para atividades finalísticas e específicas de inteligência de Estado, com necessária fundamentação”.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL), pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\).](#)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Pauta divulgada após o envio da agenda.

REQ 133/2024 - Requer a realização de Reunião de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação para debater sobre a “Integração inteligente entre mercado de trabalho e expansão das graduações e do ensino técnico”.

Convidados:

- Instituto Itau - Unibanco;
- Centro de Integração Empresa Escola (CIEE);
- Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH).
- SENAC - Serviço Nacional do Comércio

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Resultado: [Aprovado.](#)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQ 29/2024 - Requer a realização de audiência pública para debater o PLP nº 12/2024, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.

Convidados:

- Uber;
- 99;
- Ministério do Trabalho;
- Associação dos Motoristas por Aplicativo do Estado de Alagoas – AMPAEAL
- Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Autor: Delegado Fabio Costa (PP/AL)

Resultado: [Aprovado com a inclusão de Carina Minea dos Santos Trindade, representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Motoristas de Aplicativos - FENASMAPP; Fausto Augusto, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE; Leandro da Cruz Medeiros, representante do Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transportes Terrestres Intermunicipal do Estado de São Paulo - S.T.A.T.T.E.SP; e representante do Ministério Público do Trabalho - MPT.](#)

REQ 33/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater PLP 33/2024, que “Estabelece instrumentos de ajustes nos contratos administrativos firmados antes da entrada em vigor das leis instituidoras dos tributos de que tratam o art. 156-A e o art. 195, V, da Constituição Federal, inclusive concessões públicas”.

Convidados:

- André Luiz Freire
- Daniel Keller
- Davi Barreto
- Eric Brasil
- Fábio Rogério Carvalho
- Marcos Maia

Autor: Kim Kataquiri (UNIÃO/SP)

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Autor.](#)

PLP 141/2021 - Regulamenta o art. 212 da Constituição Federal para dispor sobre o cálculo do valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Explicação: prevê dois mecanismos para garantir investimentos com educação: primeiramente, exige-se que haja disponibilidade de caixa para a concretização da despesa realizada. Assim, não poderá o gestor realizar o empenho da despesa em educação sem ter resguardado o recurso público a ser utilizado no seu pagamento. Adicionalmente, os restos

a pagar que sejam cancelados ou que prescrevam no decorrer do exercício deverão ser deduzidos do montante gasto, de modo a compensar no presente exercício a consideração de despesas para atingimento do mínimo em exercícios anteriores e que, no entanto, não se realizaram

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Josenildo (PDT-AP), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: [Aprovado o Parecer. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\)](#)

PL 2133/2023 - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para inserir dispositivos para instituir o Sistema de Compra Instantânea (Cix).

Explicação: O Sistema trata da aquisição, por meio de credenciamento em mercado fluido, de bens padronizados e previamente selecionados pela Administração Pública

Autor: Dr. Daniel Soranz (PSD/RJ)

Relator: Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Luiz Carlos Hauly (PODE-PR), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: [Aprovado o Parecer. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\)](#)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQ 19/2024 - Requer reunião de audiência pública para tratar sobre “E-commerce”.

Convidados:

- Márcio André Oliveira Brito - Presidente do INMETRO
- Antonio Barra Torres - Diretor Presidente da ANVISA
- Carlos Manuel Baigorri - Presidente ANATEL
- Fabiano Silva dos Santos - Presidente do Correios;
- Guilherme Melo, Secretário de Política Econômica;
- Uallace Moreira, Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços;
- Robison Barrerinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
- Paulo Cirilo - Subsecretaria de Fiscalização;

Autor: Zé Neto (PT/BA)

Resultado: [Aprovado, com inclusão de convite à Associação Brasileira de Automação - GS1 Brasil e à Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - Abine.](#)

PL 3412/2021 - Institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada.

Explicação: institui tal política, com as seguintes diretrizes: i) a proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica; ii) a aplicação e o respeito ao direito civil, tributário, empresarial, econômico, ambiental e do trabalho nas relações público/privado encontradas no âmbito legal e no ordenamento jurídico; iii) considerar como atribuição obrigatória da iniciativa privada, perante a sociedade, o pagamento dos tributos e contribuições estabelecidos por lei, para cada setor empresarial brasileiro; iv) a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; v) a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; vi) o estímulo a iniciativa privada e suas economias locais, com redução das interferências públicas na gestão econômica do ente privado; e vii) a valorização do empreendedorismo, do crescimento econômico privado, da geração de riquezas e da criação de novos postos de trabalho.

Autor: Marcelo Ramos (PSD/AM)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela aprovação, com Substitutivo.

Resultado: [Vista ao Deputado Florentino Neto.](#)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Reunião Conjunta - Tema: Sistema de combate à disseminação de fake news nas redes sociais.

Resultado: [Realizada.](#)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 4300/2019 - Altera a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, para dispor sobre aplicação mínima de recursos do Funttel em capacitação de recursos humanos.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Comunicação \(CCOM\).](#)

PL 4719/2023 - Dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial.

Explicação Geral: Dentre outros, estabelece que os fundos setoriais nas áreas do Agronegócio, Aeronáutico, Biotecnologia, Energia, Espacial, Hidro, Inovar-Auto e Saúde deverão investir, no mínimo, 10% no desenvolvimento tecnológico em inteligência artificial.

Autor: Dimas Gadelha (PT/RJ)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Sargento Portugal (PODE-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em razão de novo despacho do apensamento do PL 1539/2024.](#)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 8450/2017 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço. .

Autor: Douglas Cintra

Relator: Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

Resultado: [Vista ao Deputado Gilson Marques.](#)

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Pauta divulgada após o envio da agenda.

REQ 32/2024 - Requer o aditamento ao REQ 24/2024 - CIDOS - para inclusão de convidado em audiência pública. *Item incluído após o envio da agenda.*

Explicação: A Audiência será sobre bula digital

Convidado:

- Luiz Henrique Mandetta - médico e ex-ministro da saúde.

Autor: Reimont (PT/RJ)

Resultado: [Aprovado, com a inclusão no rol dos convidados de Alexandre Rohlf de Moraes, advogado especializado em direito do consumidor e coordenador do Movimento Exija a Bula e Mauro Moreira Freitas, advogado especializado em Direito da Pessoa Idosa, ex-presidente do Conselho Nacional da Pessoa Idosa \(2021/2023\).](#)

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PL 1405/2023 - Altera o artigo 60 da 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Explicação: Cria novo critério de desempate ligado à iniciativas de contratação de idosos

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\)](#)

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, utilizando o exemplo de publicidade sobre apostas esportivas, que, apesar de ilegais no Brasil, seguem ocorrendo nacionalmente devido à esta brecha na legislação.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SD/RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Vista ao Deputado Gilson Marques.](#)

PL 2966/2020 - Institui normas sobre a permuta digital.

Autor: Enéias Reis (UNIÃO/MG)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SD/RJ), pela aprovação, com emenda.

Resultado: [Vista ao Deputado Paulão.](#)

PL 3190/2021 - Determina limite máximo diário de transferência eletrônica via PIX e dá outras providências.

Explicação: limita a transferência eletrônica bancária denominada PIX ao valor máximo de R\$ 500,00 diários

Autor: Alexandre Frota (PROS/SP)

Relator: Roberto Monteiro Pai (PL/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Roberto Monteiro Pai (PL-RJ), pela rejeição deste, da Emenda 1/2023 CDC, e dos PLs 2632/2022, 1467/2023, 2593/2023 e 771/2024, apensados, e pela aprovação do PL 1130/2024, apensado.

Resultado: [Não deliberado.](#)

SUBESPEL - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DOS ESPORTES ELETRÔNICOS

Reunião Técnica - Tema: Esportes eletrônicos na inclusão social de crianças e adolescentes.

Resultado: [Realizada.](#)

[Quinta-feira \(16/5\)](#)

OUTROS EVENTOS

Entrega de medalhas, condecorações e prêmios - Tema: Realização da 4ª Edição do Prêmio da Economia Verde

Resultado: [Realizada.](#)

[Sexta-feira \(17/5\)](#)

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / *Item incluído após o envio da agenda.*

Seminário - Tema: Debate sobre o contexto político e legislativo dos Trabalhadores por Plataforma

Convidados:

- Milton Leite, Presidente da Câmara Municipal da cidade de São Paulo - SP
- Marlon Luz, Vereador da Câmara Municipal da cidade de São Paulo - SP
- Francisco Macena, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- André Porto, Representante das empresas de serviço por aplicativos - Amobitec
- Leandro da Cruz, Presidente do Sindicato dos Motoristas de Aplicativo de São Paulo
- Sílvia Penna, Diretora-Geral Brasil na Uber
- Eduardo Lima de Souza (Duda da Amasp), Representante da Associação de Motoristas de Aplicativos de São Paulo AMASP

Resultado: [Realizada.](#)

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (14/05), 14h

REQ 329/2024 - Requer a prorrogação da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil, por 55 (cinquenta e cinco) dias. *Item incluído após o envio da Agenda.*

Autor: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Resultado: [Aprovado.](#)

[Terça-feira \(14/05\)](#)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PL 6233/2023 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros; e dá outras providências.

Autor: Presidência da República

Relator: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

Parecer: Favorável ao PL 6233/2023, nos termos do substitutivo apresentado, com o acolhimento parcial do PL 1086/2022.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai ao Plenário.](#)

PLP 261/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", para determinar a atualização monetária anual da receita bruta para fins enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI), da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para os efeitos da Lei.

Explicação: o projeto prevê que os valores de receita bruta de que trata a Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2003) e seus anexos serão atualizados monetariamente uma vez por ano, sempre em janeiro, com base no IPCA acumulado no ano anterior, ou outro que vier a substituí-lo.

Autor: Mecias de Jesus (REP/RR)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1

Resultado: [Não deliberado.](#)

PL 4538/2020 - Cria o Programa Nacional de Inclusão Digital para a Educação Básica.

Explicação: cria o Programa Nacional de Inclusão Digital para a Educação Básica, com o objetivo de ampliar o acesso às tecnologias da informação e comunicação por estudantes da rede pública de ensino da educação básica.

Autor: Confúcio Moura (MDB/RO)

Relator: Damares Alves (REP/DF)

Parecer: Favorável ao projeto.

Resultado: [Aprovado o relatório. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática \(CCT\).](#)

PL 6012/2023 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado.

Resultado: [Não deliberado](#)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PL 454/2022 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais.

Explicação: determina que o Poder Público é autorizado a compartilhar os dados e microdados do Censo Escolar e do ENEM

Autor: Tiago Mitraud

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

Parecer: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta

Resultado: [Vista coletiva concedida](#)

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PL 3611/2021 - Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou "drones" pelos órgãos de segurança pública.

Explicação: pretende estabelecer um marco legal para o uso de "drones" pelos órgãos de segurança pública, na qual não poderão estar armados, determinando sigilo para as imagens produzidas, treinamento aos agentes de segurança que operarem os drones, e indenização por dano moral ou material àquele que tiver sua intimidade ou imagem ferida pelo uso de drones.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

Relator: Marcos do Val (PODE/ES)

Parecer: Favorável ao projeto.

Resultado: [Adiado.](#)

REQ 25/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3611/2021, que “dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou ‘drones’ pelos órgãos de segurança pública”.

Convidados:

- Ministério da Justiça e da Segurança Pública;
- Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);
- • representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Departamento de Novas Tecnologias e Direito Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim);
- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

Autor: Weverton (PDT/MA)

Resultado: [Aprovado o requerimento, com a inclusão dos seguintes convidados: representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL; e representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.](#)

CREDC - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Reunião - Finalidade: Eleição de Presidente e Vice, bem como, a apreciação de Plano de Trabalho.

Resultado: [Realizada. O senador Esperidião Amin \(PT/SC\) foi eleito presidente do colegiado.](#)

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

Audiência Pública - Finalidade: finalidade de instruir o PL 2628/2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Resultado: [Realizada.](#)

[Quarta-feira \(15/05\)](#)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho.

Explicação: propõe a inclusão na CLT de disposições referentes ao trabalho híbrido, mantendo o lineamento legislativo geral do teletrabalho, adaptado a esse regime e suas características especiais.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: [Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.](#)

Resultado: [Aprovado parecer pela prejudicialidade. A matéria vai para arquivo.](#)

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PL 2555/2023 - Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais.

Autor: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relator: Romário (PL/RJ)

Parecer: [Favorável ao projeto.](#)

Resultado: [Adiado.](#)

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA

PL 4400/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social.

Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

Parecer: [Pela aprovação com emendas](#)

Resultado: [Adiado.](#)

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

Audiência Pública - Finalidade: Instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Resultado: Realizada.

Quinta-feira (16/05)

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS / Pauta divulgada após o envio da Agenda

PL 2481/2022 - Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Explicação: Na proposta de revisão da Lei do processo administrativo federal, dentre outras disposições, há a inclusão de artigo com o seguinte texto: "Art. 68-F. No âmbito dos processos administrativos e desde que haja concordância dos interessados, a Administração poderá se utilizar da mediação, da negociação, do comitê de resolução de disputas e da arbitragem, observada a legislação específica"

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida parcialmente a Emenda nº 1-T.

Resultado: Vista concedida

PL 2483/2022 - Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Explicação: entre outros, disciplina o processo administrativo tributário para atualizá-lo e sistematizá-lo. Além disso, segundo justificção, busca-se promover maior integração entre as instâncias administrativas e judiciais. Ademais, são regulamentados os direitos antidumping e a cobrança de créditos tributários exigíveis pela União.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais.

Resultado: Vista concedida

PL 2484/2022 - Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal.

Explicação: entre outros, disciplina o processo administrativo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária e aduaneira relativa aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. A consulta tributária consiste no procedimento administrativo gratuito destinado à resolução de dúvidas dos contribuintes e fixação de interpretação e aplicação da legislação tributária e legislação aduaneira. Um dos pontos que o projeto visa alterar é a existência de prazo de 360 dias para a autoridade administrativa proferir decisão, considerado extenso na justificativa do projeto.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela prejudicialidade.

Resultado: Vista concedida

PL 2485/2022 - Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências. Item nº 4.

Explicação: Dentre os diversos aspectos do anteprojeto, destacam-se os seguintes: (i) a mediação será cabível em âmbito administrativo e judicial como meio de prevenção consensual de conflitos entre o sujeito passivo e a União; (ii) a mediação será exercida por pessoas internas e/ou externas à administração pública, ressalvando que eventuais responsabilizações dos mediadores internos somente responderão por dolo ou fraude pelos seus órgãos correccionais ou disciplinares; e (iii) a habilitação dos mediadores será realizada pelo Ministério da Economia. Nesse sentido, para ser mediador interno, o auditor fiscal da Receita Federal e o procurador da Fazenda Nacional deverão estar em exercício há mais de 10 anos e, para ser mediador externo, ter realizado curso de qualificação reconhecido para tal exercício.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatório: Pela prejudicialidade.

Resultado: Vista concedida

PL 2486/2022 - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira. Item nº 5.

Explicação: Dentre os diversos pontos do anteprojeto, destacam-se as seguintes previsões: a assinatura do compromisso arbitral interrompe a prescrição, para todos os efeitos; as custas e as despesas relativas ao procedimento arbitral, inclusive aquelas atinentes aos honorários arbitrais, serão antecipadas pelo sujeito passivo e, quando for o caso, restituídas conforme deliberação final na instância arbitral; no procedimento arbitral, deverão ser observados os seguintes prazos: (i) prazo mínimo de 60 dias úteis para a resposta às alegações iniciais; nos casos que envolvam controvérsia exclusivamente de direito, o representante da Fazenda Pública, por ocasião da assinatura do compromisso arbitral, poderá informar

antecipadamente sua anuência com a redução, pela metade, do prazo para resposta; (ii) prazo máximo de 12 meses para a apresentação da sentença arbitral, contado da data de celebração do compromisso arbitral: o prazo para sentença poderá ser prorrogado uma vez, desde que seja estabelecido acordo entre as partes e que o período não exceda 24 meses; a atuação como árbitro em matéria tributária e aduaneira é considerada exercício de função pública para os fins do art. 327 do Código Penal.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento integral da Emenda nº 6-T, parcial das Emendas nos 1-T, 3-T e 4-T e rejeição das Emendas nos 2-T e 5-T.

Resultado: Vista concedida

PL 2488/2022 - Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências. Item nº 6.

Explicação: entre outros, rege a cobrança de dívida ativa dos entes federados. Além disso, ficam acrescentados na dívida ativa da Fazenda Pública os valores pagos pela Administração Pública em excesso ou indevidamente a título de remuneração ou de pagamento de benefícios de qualquer natureza, inclusive os previdenciários e assistenciais, desde que regularmente constituídos. Dentre outros, ficam disciplinados: i) a expropriação dos bens ou valores bloqueados; ii) a cobrança judicial da dívida ativa; iii) a impugnação administrativa ao bloqueio extrajudicial; iv) os procedimentos para

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Resultado: Vista concedida

PLP 124/2022 - Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária. Item nº 9.

Explicação: dentre outros, altera o Código Tributário e fica estabelecido que as penalidades em decorrência do descumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias devem observar o princípio da razoabilidade. Além disso, fica estabelecido que a multa não poderá exceder o valor do próprio tributo lançado.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Resultado: Vista concedida

PLP 125/2022 - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes. Item nº 10.

Explicação: dentre outros, institui o Código de Defesa dos Contribuintes para estabelecer normas gerais sobre os direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica do contribuinte com a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Destacam-se alguns dos direitos dos contribuintes estabelecidos: i) receber explicações claras sobre a legislação tributária e os procedimentos necessários ao atendimento de suas obrigações; ii) ser tratado com respeito e urbanidade pelos representantes da Fazenda Pública, mediante formas de comunicação claras, simples e facilmente compreensíveis; iii) ter a oportunidade de fazer-se assistir por advogado nos processos administrativos, notadamente nos procedimentos de fiscalização; iv) ter seus processos decididos em prazo razoável;

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Resultado: Vista concedida